

Documentos de precatórios passarão por perícia

Vereadores que estudam pedido de impeachment de Pitta querem saber se houve fraude

GABRIELA CARELLI

A comissão especial que avalia o pedido de impeachment do prefeito Celso Pitta (sem partido) decidiu ontem, após o tumultuado depoimento do secretário dos Negócios Jurídicos, Edvaldo Brito, pedir a apreensão dos documentos originais do processo que trata da cobrança de precatório devido pelo governo estadual, por suspeita de fraude para favorecimento do prefeito.

A omissão de Pitta na cobrança do precatório, avaliado em R\$ 269 milhões, fundamenta o pedido de cassação do prefeito, apresentado pelo advogado José Mário Pimentel de Assis Moura. Brito, autor do documento que teria rasuras, foi questionado durante três horas pelos membros da comissão e, segundo os vereadores, entrou em contradição várias vezes quanto a omissão ou não do prefeito na cobrança da dívida. Deixou de responder a várias perguntas e, após duas horas, pediu a saída, pois tinha um compromisso. Foi impedido pelo presidente da comissão, Natalício Bezerra (PTB), que disse que a denúncia era grave e merecia mais respeito do secretário.

O documento, que teria sido adulterado na data e na assinatura, seria de 26 de agosto de 1997. Nele, o prefeito teria pedido ao secretário que tomasse as medidas cabíveis para solucionar a questão. O papel foi elaborado por Brito e suspeita-se que tenha sido inserido ao processo após o pedido de impeachment. O processo original foi levado por Brito ao depoimento a pedido da comissão. Hoje, a comissão deve encaminhar à perícia ou ao Ministério Público os papéis para a avaliação.

A decisão de reter ou não os papéis acabou provocando uma grande confusão. "Eu não vou segurar



O prefeito Celso Pitta, em Ermelino Matarazzo: terceira fiscalização

isso sozinho", exclamou Natalício Bezerra (PTB). "Eu não me responsabilizo por um processo fraudado", disse o relator Archibaldo Zancra (PPB). As rasuras foram apontadas pelo advogado José Pimentel de Assis Moura na frente do secretário, que preferiu não comentar e apenas entregou os documentos solicitados.

O secretário Brito iniciou o depoimento informando que não cabia a ele, nem ao prefeito, tomar as medidas necessárias para a cobrança do precatório. "Cabe unicamente à Procuradoria do Município cobrar as dívidas das quais a Prefeitura é credora", argumentou. Foi o que bastou para os membros lembrarem ao secretário que ele, em despacho seu contido no processo, afirmou que a ex-procuradora do Município, Rita Gianezi, foi rebelde por ter quebrado a hierarquia e desrespeitado a ordem de fazer o acordo com o Estado. "Como ela quebrou a hierarquia se tem poder total?", questionou Italo Cardoso (PT). Viviani Ferraz (PL) foi o úni-

co a defender Brito. "Ele já respondeu demais", disse, provocando risos.

Hoje, às 10 horas, a comissão deve ouvir o procurador-geral do Estado, Marcio Sotello Felipe. O processo sobre o precatório que a Prefeitura tem a receber do Estado ficou parado nos gabinetes do secretário municipal dos Negócios Jurídicos, Edvaldo Brito, e do prefeito Celso Pitta entre janeiro de 1998 e março de 1999. Nada foi feito pela Prefeitura para modificar a situação, segundo a procuradora-geral do Município, Ana Maria Mamede.

SECRETÁRIO
PRESTA
DEPOIMENTO
TUMULTUADO

"Fama" – O prefeito Celso Pitta (sem partido) disse ontem em visita a Ermelino Matarazzo que o deputado estadual Reynaldo de Barros Filho (PPB) "quer ter os 15 minutos de fama que todo mundo está atrás". Na véspera, Barros Filho e o ex-deputado Erasmo Dias confirmaram ao delegado Naief Saad Neto que Pitta sabia da extorsão praticada por fiscais da Administração Regional de Itaque-
(Colaborou Fabiana Gitsio)

Cato Guatelli/AE